



ISSN: 2230-9926

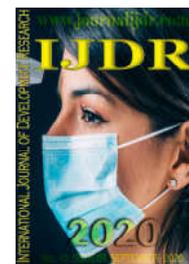
Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 10, Issue, 09, pp. 40019-40026, September, 2020

<https://doi.org/10.37118/ijdr.19901.09.2020>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

AS VULNERABILIDADES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO DE PANDEMIA DA COVID-19

***Thelma Helena Costa Chahini**

Doutora em Educação com Pós-Doutorado em Educação Especial. Professora Associada da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Campus Dom Delgado. São Luís – MA, Brasil

ARTICLE INFO

Article History:

Received 28th June 2020

Received in revised form

04th July 2020

Accepted 11th August 2020

Published online 23rd September 2020

Key Words:

Pessoas com deficiência; Covid-19;
Pandemia; Vulnerabilidades.

*Corresponding author:

*Thelma Helena Costa Chahini

ABSTRACT

Este artigo tem por objetivo descrever as vulnerabilidades de pessoas com deficiência em tempos de pandemia da Covid-19. Desenvolveu-se uma pesquisa do tipo exploratória, descritiva, primando pela abordagem qualitativa, com pessoas com deficiência, em São Luís do Maranhão/Brasil. Participaram deste estudo sete pessoas com deficiência. Os instrumentos de coleta de dados corresponderam a entrevistas semiestruturadas, aplicadas via tecnologias digitais, especificamente por meio de *smartphone*, com utilização do aplicativo *WhatsApp*, que possibilitou troca de mensagens por áudio, vídeo-chamadas e por permitir, nesse momento de distanciamento físico, interação e interatividade. Os resultados revelam que todos os participantes, por motivos diversos, se sentem vulneráveis nesse contexto de pandemia pelo fato de ficarem mais expostos a riscos de contágio; todos se encontravam com o emocional exacerbado por causa de notícias alarmantes, distanciamento social, quarentena, *lockdown*, distanciamento físico, perda de pessoas próximas, situação econômica dentre outros; se sentem invisíveis e desassistidos pelo poder público, por não estarem se sentindo contemplados pelas medidas adotadas em relação ao contexto de pandemia, especificamente, pela privação de seus direitos fundamentais e pelos meios de comunicação de massa, por não estarem, em sua maioria, adotando um formato acessível às suas necessidades específicas.

Copyright © 2020, Thelma Helena Costa Chahini. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Thelma Helena Costa Chahini. 2020. "As vulnerabilidades de pessoas com deficiência no contexto de pandemia da covid-19", *International Journal of Development Research*, 10, (09), 40019-40026.

INTRODUCTION

Há vários documentos internacionais e nacionais assegurando os direitos humanos, dentre esses, destacam-se alguns voltados às pessoas com deficiência. Assim, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos e têm direitos assegurados à vida, à liberdade e à segurança pessoal. Conforme a Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência (ONU, 1999), as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas e esses direitos, inclusive o direito de não serem submetidas a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano. No contexto da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2007), a deficiência é um conceito em evolução e que resulta da interação entre pessoas com deficiência e barreiras atitudinais e ambientais que, por sua vez, impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade

de oportunidades com as demais pessoas. Sendo assim, torna-se importante registrar que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) se destina a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais à pessoa com deficiência, visando à sua cidadania e inclusão social. Ademais, enfatiza que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação (Art. 4º); a pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade, dentre outras, de acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis (Art. 9º). Ainda de acordo com a Lei nº 13.146/2015, as ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar, dentre outras garantias, atendimento domiciliar multidisciplinar, tratamento ambulatorial e internação; campanhas de vacinação; atendimento psicológico, inclusive para seus familiares e atendentes pessoais; informação adequada e acessível à pessoa com deficiência e a seus familiares sobre

sua condição de saúde (Cap. III, Art. 18); acesso aos serviços de saúde, tanto públicos como privados, e às informações prestadas e recebidas, por meio de recurso de tecnologia assistiva e de todas as formas de comunicação (Art. 24); serviços de radiodifusão de sons e imagens que permitam o uso dos seguintes recursos, entre outros: subtítuloção por meio de legenda oculta; janela com intérprete da Libras; audiodescrição (Art. 67). Em relação ao objeto estudado, Kottow (2003) esclarece que vulnerabilidade secundária ou circunstancial corresponde a danos derivados de impactos do meio sobre pessoas ou grupos sociais. Em se tratando de pessoas com deficiência, apesar de já serem vulneráveis como qualquer outro ser humano, no contexto de pandemia, tornam-se ainda mais, devido a diversos fatores, inclusive estigmas em relação à própria deficiência. Diante do exposto e do cenário mundial de pandemia, ocasionado pela Covid-19, muitas informações têm sido propagadas mundo afora, especificamente sobre novo coronavírus, sintomas, diagnóstico, transmissão, formas de proteção, serviços de saúde, permanência no lar, *lockdown*, contaminação, aumento de mortes, higienização frequente das mãos com água e sabão, uso de álcool em gel, uso de máscaras, distanciamento social etc. Mas, como tudo isso chega até as pessoas com deficiência? Há acessibilidade comunicacional? Como elas estão recebendo essas informações? Como estão se sentindo diante de todo esse contexto? Essas e outras indagações possibilitam maiores conhecimentos e discussões em torno da garantia dos direitos humanos das pessoas com deficiência em relação a informação, comunicação, saúde e segurança – com dignidade e equiparação de oportunidades com os demais cidadãos –, assim como em relação ao exercício de cidadania concernentes às suas participações plenas na sociedade.

Sendo assim, a questão norteadora deste estudo envolve vulnerabilidades de pessoas com deficiência em tempos de pandemia. Portanto, o Problema de Pesquisa é: como as pessoas com deficiência estão se sentindo em tempos de pandemia da Covid-19? Nesse sentido, levantou-se como hipótese que as referidas pessoas estavam se sentindo vulneráveis por diversos motivos, dentre os quais as barreiras comunicacionais, informacionais e atitudinais, além de outros que serão apresentados no decorrer deste artigo. Com o propósito de responder ao problema de pesquisa, o objetivo geral deste estudo é descrever os relatos de pessoas com deficiência em relação às vulnerabilidades em tempos de pandemia da Covid-19. No contexto, enfatiza-se que os esclarecimentos e os conhecimentos em prol das pessoas com deficiência precisam ser redobrados, visto que as referidas pessoas não podem mais ser vistas como aquelas que terão de se adaptar às suas limitações ou conformar-se com os estigmas em relação à deficiência, pelo contrário, devem ser vistas como seres humanos capazes. Portanto, deve-se dar condições e oportunidades para que elas se mostrem e exerçam todos os seus direitos.

DEFICIÊNCIA E VULNERABILIDADE

Necessário é registrar que pessoas com deficiência são as que possuem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2007). Conforme estudos de Machado e Albuquerque (2019, p. 67), “o conceito de vulnerabilidade perpassa pela ideia de fragilidade e de maior exposição de

alguém a ser acometido por doenças ou por situações de agressões, sejam físicas ou psicológicas” Ainda de acordo com as autoras, “a vulnerabilidade possui íntima conexão com as relações que travamos com outras pessoas e varia de acordo com o ambiente em que estamos inseridos” (p. 73). Por sua vez, Bartalotti (2010) ressalta que discutir sobre deficiência e vulnerabilidade possibilita compreender, ainda mais, sobre os aspectos psicossociais de pessoas com deficiência, respeitando suas especificidades. Sobre a temática abordada, Alt (2017) enfatiza que apesar do amplo conhecimento sobre o fato de as pessoas com deficiência estarem mais expostas a riscos em crises humanitárias, na prática, por causa de exclusões sociais, sua vulnerabilidade acaba sendo exacerbada. Dentre as causas de exclusão social, apontada pela referida autora, há: falta de mecanismos para identificar pessoas com deficiência, ausência de especialistas atuando em organizações humanitárias, não envolvimento de pessoas com deficiência no planejamento das ações, além da falta de implementação e monitoramento de intervenções humanitárias. Diante dos fatos registrados e do cenário atual de pandemia mundial, deve-se repensar a operacionalização das políticas públicas, visando evitar e/ou minimizar as consequências derivadas de tais barreiras atitudinais.

Em relação à situação da vulnerabilidade de pessoas com deficiência, Modelli (2020) informa que elas podem ter mais chances de se infectar pela Covid-19, por terem dificuldades em seguir as orientações da Organização Mundial de Saúde. E isso é ratificado por Devandas (2020), ao esclarecer que há pessoas com deficiência que não podem fazer distanciamento social e isolamento pessoal, pois necessitam de apoio para comerem, tomarem banho, se vestirem, dentre outras necessidades. Além disso, Ventura (2020) chama atenção para o fato de que, no mundo, pessoas estão tendo de ficar dentro de casa e a internet se tornou a principal ferramenta de acesso a serviços, compras e notícias. Contudo, apesar do quantitativo de 14 milhões de páginas na internet, no Brasil, somente 0,7% possuem acessibilidade para pessoas com deficiência. Ainda sobre a questão da acessibilidade, Borba (2020, p. 1) esclarece que em tempos de pandemia, por conta da Covid-19, “o acesso à informação de qualidade sobre as medidas de prevenção mais eficazes, bem como o cumprimento à risca de tais medidas, faz toda a diferença para a contenção do contágio, principalmente nas regiões com maior incidência de casos”. No contexto abordado, a relatora especial da ONU sobre os direitos de pessoas com deficiência, Devandas (2020), enfatiza que pouco se tem feito em relação a informação e apoio às pessoas com deficiência em tempos de pandemia da Covid-19 e que todas as informações e/ou esclarecimentos promovidos pelos órgãos competentes de saúde devem ser acessíveis a todos, disponíveis em Língua de Sinais, legendas, serviços de retransmissão, leitura fácil com linguagens simples e demais formatos acessíveis. Nessa relação, acrescenta-se a audiodescrição. Faz-se importante registrar, também, que todas as informações e esclarecimentos em relação à pandemia da Covid-19, socializados pelos meios de comunicação e de informação, além de acessíveis, devem ser de fácil entendimento por pessoas leigas no assunto.

MÉTODOS

Desenvolveu-se uma pesquisa do tipo exploratória, descritiva, primando pela abordagem qualitativa, com pessoas com deficiência, em São Luís do Maranhão. Participaram deste estudo sete pessoas com deficiência (duas cegas, duas com

baixa visão, duas surdas e uma com deficiência auditiva). O critério de seleção da amostra foi não probabilístico e por acessibilidade, devido ao fato da inacessibilidade de toda a população objeto do estudo, portanto, foi preciso dar segmento a pesquisa utilizando-se a parte da população que se encontrava acessível na ocasião da pesquisa (COSTA NETO, 1977). Dentre os participantes, seis pertencem ao sexo feminino e um ao sexo masculino. Suas formações são nas áreas de Ciências Sociais, Direito, Licenciatura em Música, Licenciatura em Letras/Português/Inglês, Licenciatura em Pedagogia e em Serviço Social. Também possuem especializações em Educação Especial, Direito da Administração Pública, Direito da Pessoa com Deficiência, Libras, Educação Infantil, Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. Ademais, têm 25, 32, 36, 40, 43, 47 e 48 anos de idade. Os instrumentos de coleta de dados corresponderam a entrevistas semiestruturadas, aplicadas via tecnologias digitais, especificamente por meio de *smartphone*, com utilização do aplicativo *WhatsApp*, que possibilitou troca de mensagens por áudio, vídeo-chamadas e por permitir, nesse momento de distanciamento social, interação e interatividade. Diante do informado, concorda-se com Lévy (2018), quando esclarece que as tecnologias digitais propiciam a comunicação e a aquisição de dados de forma segura e rápida, viabilizando o desenvolvimento e compartilhamento de novas experiências científicas. Todos os procedimentos de coleta de dados levaram em consideração os aspectos éticos de pesquisas que envolvem seres humanos. As informações foram transcritas, analisadas e discutidas, qualitativamente. Os participantes foram esclarecidos em relação às etapas da pesquisa e obtiveram informações sobre a garantia de seus direitos e de que os resultados seriam divulgados por meio de um artigo científico, mantendo suas identidades preservadas.

Resultados e discussões dos dados: relatos de vivências em tempos de pandemia: A seguir, apresentam-se os resultados, as análises e as discussões que se fizeram necessários. Em relação à questão sobre como estavam se sentindo no contexto de pandemia da Covid-19, podemos inferir que, de certo modo, todos os participantes estão se sentindo emocionalmente fragilizados, de acordo com os depoimentos a seguir:

Eu me sinto um pouco abalada, pois não é fácil o que o mundo está passando nesse momento. Tanto para nós quanto para as demais pessoas não está sendo fácil. Sinto muito medo de ser contaminada por esse vírus, pois estou vendo pessoas muito próximas morrerem; vizinhos, colegas de trabalho. Muitas pessoas estão perdendo suas vidas por causa desse vírus, por falta de equipamentos; os hospitais estão realmente despreparados para atender tanta demanda ao mesmo tempo. E tudo isso não deixa de abalar. Muitas pessoas de tanto assistirem reportagens estão já naturalizando a coisa. Eu ainda não. Eu não consigo e, cada pessoa que eu sei que perdeu a sua vida por conta do coronavírus, eu fico, realmente, muito abalada e fico com muito medo, também (P1);

Emocionalmente, eu já estive pior. Sentia angústia, medo, e o maior medo que eu tinha mesmo era pegar esse tal do vírus, o coronavírus, pois não sabia onde ele estava. Podia estar no trinco da porta, em alguma coisa daqui de casa e meu medo era ser contaminado por esse vírus e ter que ir para o hospital e, ouvindo as notícias de que, no hospital, quem chegava bom saía doente e quem chegava doente estava saindo morto, aí eu fiquei meio em pânico por conta

disso. Fiquei aflito e, ainda assistindo jornais direto, piorou, pois para quem enxerga já é difícil por não saber onde o vírus está, imagine para uma pessoa cega. No começo da pandemia, notícias de muita gente morrendo, notícias de jornal e, ultimamente, eu deixei de assistir jornal. Estou procurando ocupar a mente com coisas boas e isso tem amenizado a situação. Psicologicamente, já estive bem ruim, pois perdi alguns amigos, vizinhos e isso mexe com a gente, mesmo, mas, depois que eu comecei a ocupar a mente com coisas boas, isso deu uma melhorada. Mas, não é moleza não, o negócio é pânico. Estou tentando me tranquilizar (P2);

Eu tenho me sentido bastante cansada, por conta das atribuições que passamos a acumular por conta dessa pandemia. Acaba que isso gera um estresse muito grande, um cansaço físico, um estresse mental e emocional muito grande, também. Mas, tenho acesso às tecnologias que me permitem, de uma certa forma, continuar interagindo com as pessoas que eu interagira anteriormente à pandemia. Tenho muita preocupação com a família, com os cuidados, mas, o que sinto, o desconforto, como estou me sentindo, a minha condição de mulher com deficiência não interfere; é um desconforto, um incômodo que eu acredito que seja compartilhado com todos (P3);

Estou com medo e qualquer espirro, cefaleia ou dor muscular, fico logo em pânico. Já até comprei um oxímetro para monitorar o nível de oxigenação. Meu estado emocional está completamente abalado. Estou me sentindo, também, completamente excluída. As informações a respeito de como lidar com a situação da pandemia não são explicadas de forma clara. Todas as informações ficaram via internet, contudo, as pessoas utilizam a comunicação oral, colocam as máscaras e impossibilitam o entendimento de pessoas, como eu, que precisam fazer leitura labial. Precisam produzir máscaras que possamos fazer a leitura labial, assim como disponibilizarem informações com o uso da Libras. Não adianta informação sem acessibilidade (P4);

Estou muito triste com tudo o que está acontecendo e tenho muito medo de sair na rua. Tem muita gente na rua e eu não enxergo direito. Fico com medo de cair e ninguém me ajudar. Tenho medo de andar de ônibus e de Van e tocar em locais contaminados pelo vírus. Estou preocupada e insegura, porque é mais uma situação que me deixa mais desprotegida (P5);

Estou muito preocupada com tudo e essa pandemia me deixou sem muitas informações, pois as legendas de alguns programas que vi estavam confusas e fiquei sem entender nada do que estava acontecendo. Só quando li as reportagens na internet é que fui entender. Me sinto com medo e mais insegura, pois fiz uma cirurgia de implante coclear e estou com medo dessa doença (P6);

Me sinto muito triste, pois tive pessoas na família que morreram por causa da Covid-19 (P7).

Diante dos dados, percebe-se que todos os participantes afirmaram estar abalados emocionalmente, pois, diante do momento de pandemia em que todo o mundo está vivendo, isso é, de certa maneira, esperado, como esclarecido por Oliveira (2020, p. 1): “diante do número crescente de mortes

mundo afora, a Covid-19 está causando outra pandemia: a do medo. E não é para menos”. Mas, é necessário registrar que as pessoas com deficiência, diante do que foi relatado, possuem motivos, mais que reais, para se sentirem com medo, pânico, angústia, tristeza, cansaço, preocupação etc. Muitos são os motivos que desencadeiam tais sentimentos, no caso específico, notícias alarmantes, distanciamento social, quarentena, *lockdown*, perda de pessoas próximas, situação econômica, dentre outras situações delicadas. Sobre o questionamento se havia algo ou alguma coisa que os deixavam mais vulneráveis, devido à pandemia da Covid-19, todos os participantes, por motivos diversos, afirmaram que se sentem mais vulneráveis nesse contexto de pandemia, conforme verifica-se nos relatos a seguir:

Ter que sair de casa me deixa muito vulnerável, pois tudo apresenta risco de contaminação. Ter que ir ao supermercado, na padaria, no sacolão para comprar frutas me torna vulnerável, pois enquanto a Organização Mundial da Saúde recomenda o distanciamento social, nós temos a necessidade de uma relação mais próxima das pessoas e elas acabam se sensibilizando para tentar ajudar e nós, também, precisamos dessa ajuda na hora de escolher um item, na hora de ver a validade de um produto, saber o preço, marca, então essa pessoa acaba se aproximando para falar e temos que ficar muito próximos de outras pessoas e o risco é maior, então outra coisa que temos que fazer sempre é usar máscaras, falando sem direcionar o rosto para as pessoas, e sim para o lado. Os riscos que a gente corre é muito alto, mas é uma necessidade que nós temos e não tem como evitar, porque precisamos sobreviver e não moramos com pessoas que enxergam, então a gente precisa se alimentar, precisa comprar remédios, frutas, verduras e tudo isso faz com que a gente tenha uma necessidade de ter uma relação mais próxima das pessoas, enquanto quem enxerga tem essa autonomia de fazer tudo isso sozinha e acaba se afastando das pessoas e a gente necessita se aproximar das pessoas e, às vezes, as pessoas se oferecem, pegam no nosso braço, no ombro e isso dá um certo receio, mas a gente anda sempre com álcool em gel e tenta se proteger como dá. (P1);

Muitas pessoas não sabem como lidar com cegos e isso pode complicar a gente, e na pandemia isso nos deixa mais vulneráveis, pois na ânsia de nos ajudar, pegam na gente, tocam na gente e isso pode nos contaminar, pois não sabem como lidar, acham que o cego pode estar correndo perigo ao andar nas ruas e em outros lugares e correm para nos ajudar e nos tocam, seguram no nosso braço. A falta de informações para as pessoas com deficiência visual, me deixa desorientado. Tem notícias que o cego ouve só o som, passa imagens, mas não tem audiodescrição para a gente saber o que está acontecendo, então a gente perde muita informação, a gente fica no prejuízo. (P2);

Nós, pessoas com deficiência, acabamos ficando mais vulneráveis em razão da nossa condição específica pelo fato de precisarmos fazer uso de órteses, como cadeiras de rodas, bengalas, muletas, andadores e precisamos estar higienizando esses equipamentos e eles acabam nos deixando mais vulneráveis. Eu, enquanto mulher com deficiência visual, preciso apalpar tudo; tudo meu é sentido. Claro que tenho outros órgãos de sentidos, mas,

tudo tenho que tocar e, então, a gente acaba ficando mais vulnerável por conta disso, assim como a pessoa que usa cadeira de rodas tem que tocar a cadeira. Há pessoas com deficiência que precisam de cuidados permanentes; assistência permanente de uma outra pessoa e ficam mais vulneráveis, pois como precisam daquele apoio, a pessoa que dá apoio sai e volta todo dia e acaba expondo mais a pessoa com deficiência e a tornando mais vulnerável. (P3);

A questão da vulnerabilidade para nós, pessoas com deficiência, é muito, mas muito gritante. Eu não consigo atendimento médico, porque não estou conseguindo fazer leitura labial por conta das máscaras e os profissionais da saúde não sabem Libras, e a maioria não tem tempo e paciência para se comunicarem por meio da escrita. Estou fazendo um tratamento do estômago, tomei a medicação, precisei retornar ao atendimento e o médico não tinha como me atender, porque não tinha ninguém que pudesse sinalizar e ele não escreveu nada. Eu fiz uma cartinha explicando que eu precisava conversar com ele, mas não foi possível. E eu, também, não posso pedir para ele tirar a máscara, pois ele está em uma situação igual à minha, em que todo mundo está precisando se precaver, se resguardar desse vírus. Na parte da saúde, principalmente no meu caso de pessoa surda, eu acho que nós ficamos muito mais vulneráveis, muito mesmo, em todos os sentidos. As informações na televisão, a gente não consegue entender direito o que eles dizem, aí precisamos ir atrás de intérpretes e, às vezes, eles não podem vir; alguns estão doentes, muitos intérpretes já se contaminaram com o vírus. Eu estou isolada, completamente isolada. Com receios, porque não sei das informações concretas, cada hora aparece uma coisa nova e não dá para saber ao certo, por falta da sinalização. O atendimento médico, como eu já falei, ficou precário e estamos à mercê de uma sociedade que nos exclui até em um momento desse em que é fundamental a inclusão, acessibilidade nas informações e na comunicação, pois a desinformação é um grande potencial de transmissão da Covid. Para que eu possa sinalizar, eu tenho que estar com as mãos desprotegidas; se for para eu fazer uma leitura labial, as pessoas têm que estar sem máscaras e tudo isso nos deixa mais vulneráveis que em outros tempos. As pessoas com deficiência estão muito vulneráveis nessa pandemia, pois uma pessoa que usa cadeira de rodas, um cego que usa bengala, tudo isso toca no chão e precisa ser muito bem higienizado, senão, é um meio de contaminação. (P4);

Eu não enxergo direito, então, fico muito vulnerável, pois não sei onde posso segurar ou sentar nos meios de transporte e, também, se não estou encostando em alguém que se encontra contaminado com o vírus. (P5);

Me sinto muito vulnerável, pois não consigo ouvir bem e acabo entendendo algumas informações sobre os cuidados e medidas de prevenção de forma errada. Tenho medo de fazer as coisas erradas, pois entendi que tinha que lavar a casa com água sanitária pura. Não entendi que tinha que misturar com água. Eu entendi errado e não estava limpando a casa direito. Me sinto muito vulnerável nessa situação toda. (P6);

Muitas pessoas não sabem Libras e vários jornais e/ou programas de televisão não têm intérpretes de Libras. As

legendas são muito rápidas e fica confuso entender as informações. Estou me sentindo muito vulnerável nesses tempos de pandemia, pois não sei ao certo o que devo fazer e como proceder para evitar me contaminar com o coronavírus. (P7).

Como verificado, apesar de todos os seres humanos estarem desprotegidos, as pessoas com deficiência, realmente, são mais vulneráveis que as demais pessoas sem deficiência, haja vista as condições a que são expostas no contexto de pandemia, como no caso das pessoas cegas ou com baixa visão, que precisam tocar nas coisas para se situarem; as que precisam de cuidadores; as que fazem uso de cadeira de rodas, muletas, andadores; as que necessitam de atendimento médico; as que precisam de tecnologias assistivas, dentre outras. Sendo assim, Machado e Albuquerque (2019, p. 69) enfatizam que “é dever do Estado garantir, por meio de aparato legislativo e de políticas públicas, que os indivíduos obtenham acesso ao maior nível de suporte institucional a fim de que a sua vulnerabilidade seja minimizada”. Quando foram indagados se se sentiam contemplados nas medidas adotadas pelos órgãos competentes no combate ao Coronavírus, os participantes foram unânimes ao responder que não estavam se sentindo contemplados com as referidas medidas e nem com as informações que estavam sendo divulgadas pelos meios de comunicação de massa, como revelam as falas a seguir:

Eu, pessoalmente, não vejo nenhuma preocupação por parte dos veículos de comunicação ao repassarem alguma informação direcionadas às pessoas com deficiência, aqui ou outra vez eles citam alguma coisa, mas, um exemplo que eu vou dar aqui do nosso Estado, uma propaganda que passa na televisão, que fala para termos alguns cuidados e se precisarmos acessar algum serviço é para ligarmos para o número que está aparecendo na tela. Não falam o número, mandam a gente ler na tela, bem aí, nesse momento foram excluídas todas as pessoas que possuem deficiência visual, porque eu não consigo ver. E aí? Para onde eu vou ligar? Então, nesse momento eu não me sinto contemplada na informação. E assim são vários outros, pois eles direcionam mais as informações para as pessoas, em geral; nada é direcionado para as pessoas com deficiência. Com relação a essa plataforma do auxílio emergencial, eu ouvi várias pessoas com deficiência visual reclamando que a plataforma não é acessível e, mais uma vez, a gente acaba dependendo de outra pessoa para acessar esse serviço. Com isso, nós não temos autonomia. (P1);

Em nenhum momento eles se referiram às pessoas com deficiência. Ao se referirem sobre o lockdown, ficar em casa, eles sempre falaram no geral. Eu sou ouvinte de rádio, gosto de estar acompanhando notícias. Eu penso que as cabeças pensantes do nosso país não pensaram nas pessoas com deficiência em relação à essa pandemia. (P2);

Não me sinto contemplada e, no meu olhar, as pessoas com deficiência não estão sendo contempladas. Com relação às divulgações que estão sendo feitas no momento por todos os governos, tanto federal, estadual e municipal, eu não me sinto contemplada e não percebo que o seguimento de pessoas com deficiência estejam; não só as pessoas com deficiência visual, mas as com deficiência intelectual, as pessoas surdas, porque as informações não são

transmitidas em um formato acessível; esse é o primeiro ponto. Logo no início da pandemia, que começaram a sair várias campanhas falando que devíamos lavar as mãos, usar máscaras e tal, os movimentos sociais de pessoas com deficiência do Brasil, todos se manifestaram e a Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência chegou a fazer vídeos e algumas notas nesse sentido, mas, sinceramente, o que leva a informação, principalmente para a população mais carente e mais vulnerável são as mídias de massa, como o rádio, televisão e, infelizmente, elas não seguem um formato acessível. Nós não vemos todas as entrevistas com intérpretes de Libras e isso prejudica bastante o acesso à informação e acaba gerando um tratamento desigual. Por isso, não me sinto contemplada e, mais do que não estar contemplada, na perspectiva da acessibilidade das informações transmitidas, eu não me sinto contemplada no momento em que eu não sou número dentro das estatísticas. É lamentável que não se reconheça a diversidade da população brasileira e que merecem tratamento diferenciado. Então, quando a gente ouve os boletins epidemiológicos, seria importante que eles trouxessem os números de contaminados, mortos, a partir de cada categoria que a gente tem, dentro da nossa população, porque facilitaria muito o atendimento específico para esses grupos. (P3);

Eu não me sinto contemplada, porque a partir do momento que falta informação, não tem acessibilidade nos veículos de comunicação, não estão contemplando as pessoas com deficiência. Não temos direitos assegurados aos testes de Covid-19, não temos acesso às informações. Não temos informações nem sobre os outros atendimentos médicos que não são relacionados ao coronavírus, ninguém sabe dizer quando vai ter e nem quando vai retornar, sabendo que toda pessoa com deficiência precisa de um acompanhamento constante, seja com psicólogo, seja com otorrino, com oftalmologista, então, não estou me sentindo contemplada em nada. (P4);

Não me sinto contemplada, pois eu enxergo pouco e estou tendo dificuldades de ler os cartazes e folhetins informativos. Tenho prestado bastante atenção nas falas das reportagens, mas, não me sinto informada adequadamente. (P5);

Não, porque está tudo muito confuso. As informações chegam de maneira complicada. Preciso pedir para alguém de minha casa escrever o que está acontecendo, já que possuo deficiência auditiva. (P6);

Não, pois há falta de intérpretes durante as informações e as legendas que colocam, em alguns programas, passam muito rápido; não dá para ler e são letras com fonte abaixo do que consigo enxergar. (P7).

Os dados apresentados revelam descaso pelos direitos fundamentais das pessoas com deficiência e divergem dos direitos humanos proclamados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, pela Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência e pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, dentre outros, nos quais são assegurados os seguintes direitos: à igualdade e não discriminação; à vida; à comunicação e informação; à educação; à saúde; à acessibilidade; à proteção; à segurança; à vida independente; à

mobilidade pessoal; à inclusão na sociedade; à liberdade, entre outros. Sobre os fatos relatados, Nunes Junior (2009) explica que “privar alguém de direitos fundamentais significa, em última análise, privá-lo da vida ou do direito de pertencer à sociedade na qual se integra”. Portanto, os responsáveis pela operacionalização das medidas adotadas em tempos de pandemia devem rever o processo de socialização da informação e comunicação, tornando os meios de comunicação de massa acessíveis a todas as pessoas, visto que a desinformação representa um fator de risco à sociedade como um todo. Do mesmo modo, os serviços prestados à população devem levar em consideração as vulnerabilidades das pessoas com deficiência e devem adotar medidas para evitá-las e/ou minimizá-las.

Quanto ao último questionamento, sobre o que deveria ser feito ou dito em relação às pessoas com deficiência no contexto de pandemia do Covid-19, conforme se pode verificar, todos os participantes registraram, de acordo com suas percepções e com suas experiências, seus pontos de vista em relação às ações que devem ser adotadas pelos órgãos competentes, levando em consideração a existência das pessoas com deficiência.

Dar prioridade às pessoas com deficiência quando tiver a vacina de imunização do coronavírus, pois somos do quadro de risco. Se preocuparem com a higienização dos locais públicos, por exemplo: hospitais, bancos, farmácias; esses locais que as pessoas com deficiência precisam frequentar, principalmente o deficiente visual, em que todas as vezes acaba tocando nas coisas. Por isso, deveria ter uma higienização maior para evitar que essas pessoas corram menos riscos de serem infectadas. A plataforma do auxílio emergencial deve ser acessível. Capacitar mais os profissionais da rede pública, hospitais, bancos, para darem um melhor atendimento às pessoas com deficiência. Mais um exemplo que vou dar é sobre esse teste da Covid, que na minha opinião deveria priorizar as pessoas com deficiência, para terem logo um diagnóstico, porque, querendo ou não, nós somos mais vulneráveis e, quanto mais cedo tiver esse diagnóstico, mais aumenta a possibilidade de viver, pois a maioria se encontra no quadro de risco e quanto mais tardio é o diagnóstico, mais rápido essa pessoa pode perder a vida, e, dando essa prioridade, isso é evitado, pois podem ter acesso mais rápido à medicação e sobreviver. (P1);

Adequar as campanhas publicitárias às pessoas cegas, pois, às vezes, fazem um comercial ou uma informação e dizem ao final da mensagem: liguem para o telefone que está na sua tela ou para o WhatsApp que está na sua tela e o cego, que é o meu caso, não consigo ver na tela e, se é uma coisa de urgência, as pessoas cegas vão ficar no prejuízo. Na realidade, os cegos são sempre penalizados, porque não há informações com audiodescrição, incluindo as pessoas cegas. Então, todas as informações veiculadas nos meios de comunicação de massa devem ser acessíveis a todas as pessoas. E isso não é difícil; basta que dentre as cabeças pensantes tenha alguém que seja da área da Educação e da área da pessoa com deficiência, caso contrário, nós vamos sempre ficar no prejuízo, e eles vão sempre continuar fazendo isso com a gente. Então, em relação a essa pandemia, todas as informações e comunicações devem ser mais acessíveis, contemplando as

pessoas cegas que, assim como eu, tem muitos que ficam no vácuo, sem acesso às informações. (P2);

Eu penso que as diferentes categorias constassem nos boletins epidemiológicos e que a partir daí as secretarias específicas de articulação pensassem junto com as secretarias de saúde, secretarias de assistência, ações que pudessem garantir uma melhor atenção a essa população. No caso das pessoas com deficiência, por exemplo, aqui no Estado do Maranhão, nós temos uma secretaria adjunta da pessoa com deficiência dentro da secretaria de direitos humanos, então, essa secretaria articuladora, a partir dos boletins epidemiológicos produzidos com os dados categorizados, uma melhor atenção. Por exemplo, quem são as pessoas que estão contaminadas? As pessoas estão sendo contempladas na política de assistência? Essas pessoas estão sendo contempladas a partir dos protocolos ministeriais? O que nós precisamos, de fato, é de uma política pública para a pessoa com deficiência no Estado do Maranhão e no Brasil que seja efetiva, que rompa com a invisibilidade dessa parcela da população e, rompendo com essa invisibilidade, se elabore políticas públicas que vão, na prática, garantir melhor a nossa qualidade de vida. Então, acho que essencialmente é isso. Há falta de uma política pública específica para nosso seguimento, mas, que na sua implementação se dê através da articulação, da intersetorialidade, porque a política da pessoa com deficiência é transversal; ela não vai se realizar se não for de uma forma intersetorial, intersetorializada pelas demais políticas. Então, é isso. Acho que é isso que a gente precisa, é isso que falta e acho que o reflexo dessa ausência é justamente o fato de não estarmos contemplados nem nos boletins, nem nas campanhas de divulgação dos dados. (P3);

As comunicações e informações devem ser sinalizadas e, também, devem ser com legendas, pois muitos surdos não sabem Libras em razão do foco na oralização. (P4);

Todos os meios de informação que utilizarem a escrita dever ter letras grandes, fontes ampliadas. (P5);

Os programas precisam ser atualizados e as informações nos cheguem de forma clara, pois as legendas são confusas e passam muito rápidas; não dá para ler. (P6);

Precisa ter mais intérpretes nos meios de comunicação, pois na maioria dos programas de televisão não tem. Isso é muito importante, porque nos dá autonomia e não precisamos ficar perguntando a terceiros o que estão falando. (P7).

Como já explanado, fica evidente, mais uma vez, que o que as pessoas com deficiência sugerem aos órgãos competentes é que correspondam aos direitos humanos e à operacionalização de políticas públicas que garantam o exercício de suas cidadanias e o respeito à dignidade humana. No contexto abordado, Rosas (2020, p. 1) enfatiza que “é urgente que se reforce a testagem da Covid-19 em pessoas com deficiência, além da prioridade no atendimento e vacinação”. Ainda conforme Rosas, “muitas vezes, pessoas com deficiência visual precisam se apoiar em móveis ou paredes e, se estes locais não estiverem limpos, o risco de contaminação é maior. Outros precisam do auxílio de cuidadores, que devem estar

atentos às medidas de prevenção”. Diante do exposto, tudo o que é solicitado e/ou sugerido pelas pessoas com deficiência depende da eliminação de atitudes excludentes geradas, na maior parte das vezes, pelo desconhecimento e/ou negligência dos direitos humanos das pessoas que existem, vivem e convivem nas sociedades, com ou sem deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retornando ao objetivo primário deste estudo, que foi conhecer e descrever os relatos de pessoas com deficiência em relação às vulnerabilidades em tempos de pandemia da Covid-19, verificou-se que as referidas pessoas estavam com o emocional exacerbado, sentiam medo, angústia, pânico, insegurança, tristeza, cansaço e preocupação por diversos motivos, no caso específico: notícias alarmantes, distanciamento social, quarentena, *lockdown*, distanciamento físico, perda de pessoas próximas, situação econômica etc.

Todos os participantes, por motivos diversos, se sentem mais vulneráveis nesse contexto de pandemia pelo fato de ficarem mais expostos a riscos de contágio, como no caso das pessoas cegas e das com baixa visão, que precisam tocar nas coisas ao saírem de casa para irem a supermercados, farmácias, bancos, hospitais, consultórios médicos e, também, por serem tocadas por outras pessoas que possuem intenção de ajudá-las; as que fazem uso de cadeira de rodas, bengalas, muletas, andadores e demais órteses, por entrarem em contato direto com o meio e poderem ser contaminadas; as que precisam de cuidados permanentes de terceiros, para banhá-las, vesti-las, alimentá-las, dentre outras necessidades, podendo, também, contaminá-las; as pessoas surdas ou com deficiência auditiva, que precisam fazer leitura labial e/ou de intérpretes de Libras, pela proximidade com outras pessoas sem máscaras; as pessoas surdocegas, que precisam de língua de sinais tátil, que ocorre por meio do contato direto das mãos da pessoa surdocega com as mãos do interlocutor e, também, pelo método Tadoma, utilizado com o auxílio do tato, no qual coloca-se a mão sobre a boca e o pescoço do intérprete, para que a pessoa surdocega possa sentir a vibração da voz do intérprete e entender o que está sendo dito, o que representa risco de contaminação; as que precisam de tecnologias assistivas e de acessibilidade nas informações e comunicações, para entenderem o que está se passando, como devem proceder para evitarem o contágio e até mesmo procurarem assistência médica, psicológica, dentre outras. Diante do panorama apresentado, registram-se denúncias de descaso que tornam as referidas pessoas invisíveis e desassistidas pelo poder público, visto os relatos sobre não se sentirem contempladas pelas medidas adotadas em relação ao contexto de pandemia, especificamente, devido aos meios de comunicação de massa não estarem, em sua maioria, adotando um formato acessível, e pela privação de seus direitos fundamentais. Portanto, para que ocorra a inclusão da pessoa com deficiência, de forma efetiva, equitativa e ao longo da vida, faz-se necessário garantir o exercício de sua cidadania e o respeito à sua dignidade humana, bem como assegurar sua participação plena na sociedade. Portanto, cabe ao Poder Público assegurar o exercício dos direitos básicos às pessoas com deficiência, no caso específico, o direito à saúde, à educação, à acessibilidade plena e à segurança, em igualdade com as demais pessoas, respeitando suas diversidades e sem nenhum tipo de discriminação. Vale lembrar que os direitos humanos são inerentes a todas as pessoas, independentemente de qualquer condição. Nesse sentido, é dever dos governos promoverem e

protegerem os direitos humanos de todas as pessoas, com e sem deficiência.

REFERÊNCIAS

- ALT, Vivian. Como crises humanitárias aumentam a vulnerabilidade de pessoas com deficiência. In: Politike. 2017. Disponível em: <https://politike.cartacapital.com.br/como-crises-humanitarias-aumentam-vulnerabilidade-de-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- BARTALOTTI, Celina Camargo. Exclusão social e vulnerabilidade de pessoas com deficiência: uma reflexão. Jornada Científica do Centro Universitário São Camilo. 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/283731096_exclusao_social_e_vulnerabilidade_de_pessoas_com_deficiencia_uma_reflexao. Acesso em: 08 jun. 2020.
- BORBA, Lucas. Coronavírus - ONU alerta sobre cuidados a pessoa com deficiência. 2020. In: Blog Vencer Limites. Disponível em: <https://www.camarainclusao.com.br/noticias/coronavirus-onu-alerta-sobre-cuidados-a-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- BRASIL. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 jun. 2020.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 09 jun. 2020.
- COSTA NETO, Pedro Luís de Oliveira. Estatística. São Paulo: Edgard Blücher, 1997.
- DEVANDAS, Catalina. COVID-19: Quién protege a las personas con discapacidad? Alerta experta de la ONU. 2020. In: Naciones Unidas, Derechos Humanos. Disponível em: <https://www.ohchr.org/SP/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=25725&LangID=S>. Acesso em: 12 jun. 2020.
- KOTTOW, Michael H. The Vulnerable and the Susceptible. In: Bioethics 17(5-6): 460-71. Novembro, 2003. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-8519.00361>. Acesso em: 07 jun. 2020.
- LÉVY, Pierre. Cibercultura. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo. Editora 34, 2018.
- MACHADO, Isis de Oliveira; ALBUQUERQUE, Aline. O papel do Estado quanto à vulnerabilidade e proteção de adultos com deficiência intelectual. In: Cad. Ibero-amer. Dir. Sanit., Brasília, 8(1): 1-163, jan./mar., 2019. Disponível em: http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/05/996361/05_papel-do-estado.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.
- MODELLI, Laís. 4 pessoas com deficiência relatam a rotina nos tempos de Covid-19: preciso tocar nas coisas e nas pessoas para me situar. 2020. In: Bem Estar. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/04/4-pessoas-com-deficiencia-relatam-a-rotina-nos-tempos-de-covid-19-preciso-tocar-nas-coisas-e-nas-pessoas-para-me-situar.ghtml>. Acesso em: 12 jun. 2020.
- NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. A cidadania social na Constituição de 1988: estratégias de posituação e exibibilidade judicial dos direitos sociais. São Paulo: Verbatim, 2009.

- OLIVEIRA, Sibeles. Medo da pandemia de covid-19 afeta a saúde emocional: como lidar melhor. In: Viva bem. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/04/01/medo-da-pandemia-de-covid-19-afeta-a-saude-emocional-como-lidar-melhor.htm>. Acesso em: 12 jun. 2020.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. 1999. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/A-65.htm>. Acesso em: 12 jun. 2020.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2020.
- ROSAS, Maria. Direitos da pessoa com deficiência no período de pandemia. 2020. In: Republicanos 10. Disponível em: <https://republicanos10.org.br/bancada-10/maria-rosas-debate-direitos-da-pessoa-com-deficiencia-no-periodo-de-pandemia/>. Acesso em: 13 jun. 2020.
- VENTURA, Luiz Alexandre Souza. Coronavírus: isolamento reforça importância da acessibilidade digital. In: Vencer Limites - pessoas com deficiência. 2020. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/blogs/vencer-limites/coronavirus-isolamento-reforca-importancia-da-acessibilidade-digital/>. Acesso em: 10 jun. 2020.
